



## NELSON WERNECK SODRÉ E SUA METÁFORA POLÍTICA: OS “RESTOS FEUDAIS”

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3523

Ivan Ducatti, UFF

### Resumo

Ao introduzir este trabalho, busca-se analisar e discutir como o intelectual Nelson Werneck Sodré precisou a categoria feudal em suas obras de história da formação brasileira, principalmente as que foram produzidas a partir do período em que esteve presente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (1954-1964). É importante frisar que a categoria “feudal” tem estatuto de centralidade na história econômica de Sodré. O objetivo é localizar e demonstrar que a questão feudal, para aquele historiador, é fundamental nas suas análises econômicas, bem como demonstrar que “feudal” está ligado a uma sociedade de classes que se forma não em torno do modo de produção feudal (Medievo), mas que se trata, sim, de uma metáfora política para justificar os obstáculos ao desenvolvimento da burguesia nacional e da sua sujeição ao imperialismo e às classes latifundiárias brasileiras – discussões estas que ainda enriquecem a historiografia brasileira em seminários, teses e demais trabalhos acadêmicos nas últimas duas décadas. Focando na sua história econômica – Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil (1990); Formação histórica do Brasil (1982); As razões da independência (1978); História da burguesia brasileira (1964) –, metodologicamente buscou-se interpretar o “feudal” em seus escritos econômicos, num trabalho de ensaio teórico. Não há uma conclusão fechada sobre a tese de Sodré: politicamente, foi acusado de etapista, seguindo o modelo clássico de um marxismo mecanicista, ou mesmo de um elaborador de uma metáfora política para, didática e estrategicamente, expressar um nacionalismo desenvolvimentista, devidamente datado, tese esta a qual defendemos.

### Palavras Chave:

Feudal; Burguesia;  
Modos de Produção;  
Latifúndio;  
Imperialismo.

## Introdução

São conhecidas, pela historiografia brasileira, as críticas feitas ao historiador Nelson Werneck Sodré por ele ter afirmado que, no Brasil, o atraso das forças produtivas capitalistas devia-se à permanência de “restos feudais” no pensamento da elite brasileira. Esses embates envolveram conhecidos autores: Caio Prado Jr, Carlos Guilherme Mota e Guido Mantega, que foram fortemente contrários à ideia de uma questão feudal na formação econômica brasileira. Apesar desses debates, não se pode negar a importância de Sodré para a historiografia brasileira, pois sua obra reflete rigor metodológico na pesquisa científica, sua produção abrange vários ramos das humanidades (história, imprensa, geografia, estética, literatura etc). Ainda que também não concordemos com a noção de uma etapa<sup>1</sup> feudal no Brasil, a contribuição de Sodré, de modo geral, para a historiografia brasileira é rica e relevante para as ciências sociais. Podemos e devemos discordar de hipóteses e pressupostos – o que é um elemento necessário para o debate teórico, que deve primar-se por ser enriquecedor em nível científico e acadêmico em geral –, mas não podemos cair no equívoco, a partir de uma formulação considerada inconsistente, de refutar por completo a contribuição de um pensador, se sua obra total mantém determinado nível de coerência e contribui para a construção das ideias no plano crítico.

Ao nos inquietarmos com as posições polêmicas de Sodré e com as formulações críticas a ele endereçadas, procuramos aprofundar nossas análises acerca de alguns elementos da categoria “feudal” à luz dos estudos econômicos acerca do modo de produção feudal. A economia feudal teria entrado em

decadência por inúmeras razões: por fatores externos, como o avanço da economia mercantil a partir do Oriente Médio; ou por fatores endógenos: (a) a transformação do camponês em produtor direto que comercializa seus excedentes, tornando-se produtor e distribuidor de mercadorias; (b) o camponês que passa a produzir a partir do comando dos mercadores, que comandam a produção e transformam o camponês em assalariado – teriam gestado o nascente capitalismo mercantil e, conseqüentemente e a partir deste, o capitalismo industrial moderno desenvolve-se, tal como conhecemos hoje.

A transição do feudalismo para o capitalismo na Europa não se realizou, ao mesmo tempo e na mesma dinâmica, no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, entender a industrialização brasileira a partir de um embate feudal entre produtores e classe dominante torna-se um equívoco, uma vez que transpõem-se mecanicamente elementos de uma determinada realidade para outra, sem sequer haver semelhanças em suas pilares de formação.

Nelson Werneck Sodré, ao analisar a realidade sócio histórica por intermédio do materialismo histórico-dialético, buscou extrair da teoria crítica o que é fundante para esse método: o trabalho. Sodré estudou a forma como o trabalho fora apropriado no Brasil pelas elites, bem como as formas de organização econômica. Assim, o leitor de Sodré passa a conhecer as relações de exploração no Brasil predominantemente agrário e demonstra que o salto para a industrialização seria a superação a ser conquistada, pois alavancaria novas possibilidades de modernização, ampliaria as possibilidades de consumo e circulação e possibilitaria um processo de autonomização do país, que se encontrava nas dependências dos capitais especulativos e à mercê do imperialismo – que, para Sodré, numa associação com o grande latifúndio, remetia o Brasil à

---

<sup>1</sup> A teoria das etapas na formação sócio histórica é uma teoria que embasou o pensamento de militantes e pensadores filiados ao PCB.

condição de uma subcolônia, dentro do quadro geopolítico que a Guerra Fria ia desenhando.

### Objetivo

Traçar a formação econômica de Sodré: a questão feudal é fundamental nas suas análises econômicas, bem como “feudal” está ligado a uma sociedade de classes que se forma não em torno do modo de produção feudal (Medievo), mas que se trata de uma metáfora política para justificar os obstáculos ao desenvolvimento da burguesia nacional e da sua sujeição ao imperialismo e às classes latifundiárias brasileiras.

Nos seus primeiros trabalhos sobre a processualidade histórica do Brasil, o autor, já naquele momento, investia na ideia de que o atraso econômico por que o Brasil passava devia-se ao fato de que os traços coloniais ainda se mantinham presentes na constituição da sociedade brasileira. O atraso econômico destacava-se por um sistema cuja reprodução social não se encontrava ainda no marco de uma etapa capitalista semelhante aos moldes da Europa ocidental, sendo a influência colonial a grande razão que emperrava o Brasil nos trilhos que o desenvolvimento industrial, coordenado pela burguesia nacional, poderia engendrar. A questão colonial estaria ainda ligada a uma estrutura feudal.

Para Sodré, o declínio do feudalismo ocorreria por intermédio de causa política, quando da representação da luta pelo fortalecimento do poder central do rei. O poderio central surgia em contrapartida ao dos senhores feudais. Sodré privilegia o político, não enfatizando a questão econômica.

Sobre o período inicial da colonização portuguesa no Brasil, Sodré nos coloca que a empresa é, na sua amplitude, capitalista. A sociedade colonial que se desenvolve e explora o trabalho no Brasil, a partir de elementos

de Portugal, se caracterizou pela vida para o exterior, isto é, suas energias de dominação eram de garantir a produção para a exportação. Tanto é observável que o comércio colonial brasileiro, desde os tempos de Methuen, fora todo orientado para a Inglaterra. Aliás, o capital inglês soube também se associar à produção interna. A colonização inicia-se em grandes domínios de terra. Esses domínios deram início à questão do monopólio da terra, grande preocupação para o autor, por serem por ele considerados, causas do atraso das relações socioeconômicas no campo. E, novamente, remete-se às forças produtivas, pois essas não poderão se desenvolver sem a eliminação do monopólio. O autor, nesse sentido, aponta a necessidade da superação do latifúndio. Poderemos verificar, no tocante às opiniões políticas do autor, que tal superação dar-se-á no fortalecimento das relações democráticas, em que se configuram trabalhadores e burguesia nacional, de um lado, contra capital estrangeiro e imperialismo, de outro.

Em suas análises do processo colonial, os investimentos em capital são realizados tanto na circulação como na produção. Vale destacar as observações feitas por Sodré sobre o papel dos capitais, comercial ou produtivo, em diversos momentos na história do Brasil, o qual permitiu alterações nas forças produtivas, uma vez que ele não deixa de enfatizar a empresa colonial portuguesa como precursora moderna de expansões mercantis, numa época em que, na Europa (especialmente fora da Península Ibérica), a agricultura de subsistência ainda se mantinha como base para a produção social.

No início da colonização, Sodré frisa que o grupo mercantil português não teria interesse em investir inicialmente no Brasil. Além de falta de recursos para a empreitada, não estaria disposto a aplicar recursos em produção,

uma vez que as trocas são as características centrais de seus negócios. Para Sodré, a questão da expansão de capitais não se dá de forma tranquila e automática, seja na produção ou no comércio, uma vez que a forma em que uma sociedade está organizada e estruturada pode dificultar ou não a expansão de capitais. Os investimentos de capitais são um elemento que tende a alterar o desenvolvimento econômico de uma sociedade, que põe em conflito o próprio modo de produção em que esta se encontra estruturada. A dinâmica desses investimentos, como sinalizada por Sodré, mostra que seu ritmo nos auxilia a compreender também o declínio feudal.

Que ritmos são esses? O autor aborda a questão dos traços feudais influenciados pela legislação portuguesa do planejamento colonial, no que se refere às doações de capitania, e que marcaram as características dos monopólios da terra, os latifúndios. Partindo da afirmação de que “os que apoiaram a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo” (SODRÉ, 1962, p. 82), tampouco pode-se concluir sobre uma empresa colonizadora capitalista. O mercantilismo, sistema econômico dentro do qual Portugal se insere, não pode ser considerado como capitalismo industrial, isso é óbvio, mas há um capital que se acumula e promove novas e crescentes empresas de comércio exterior. Diríamos que a colonização enquadra-se dentro do que Arrighi (1994) chama de ciclo sistêmico de acumulação. Ainda que haja uma mentalidade feudal (resquíio) que organize a distribuição de terras a serem cultivadas no Brasil colonial, são os capitais que irão efetivamente ser empregados para transformar o solo, ao utilizar e explorar a força de trabalho escravo e engenhos necessários. Tanto

que várias capitania não foram trabalhadas, desembocando no fracasso que a historiografia explica, pois não havia a intenção de risco de capitais para elas, ainda que a divisão de terras obedecesse às ordens senhoriais, numa estrutura de vassalagem.

A propósito das argumentações sobre a existência de uma feudalidade no Brasil, vale notar que o pensamento de Sodré encontra ecos, por exemplo, nas teses de Guimarães, em *Quatro Séculos de Latifúndio*, em que não só defende que a colônia portuguesa no Brasil fora feudal como rechaça a existência de um protocapitalismo. Segundo Guimarães (1977), o fato de Portugal, à época do descobrimento, encontrar-se em fase do desenvolvimento econômico do mercantilismo, não permite concluir que esse fenômeno ter-se-ia prolongado também nas colônias de ultramar.

Ainda sobre Portugal. Na fase quinhentista, este tinha uma base econômica agrícola, embora fossem importantes as ações comerciais marítimas. A classe dos comerciantes repartia com a Realeza o poder do Estado, porém não ocupando posição dominante ou forças suficientes para destruir (ou superar) a força feudal vigente. Em toda a Europa, nessa época, a ordem feudal ainda não estava superada por completo. A Metrópole decidira transplantar para a América o modo de produção dominante para além-mar, pois seria a forma de organização que melhor repousaria sobre o monopólio da terra. Na realidade, não se trata de um transporte de modo de produção: a colônia responde à dinâmica comercial de Portugal; não há uma separação entre metrópole e colônia, mas uma complementaridade; a partir de Portugal, começa a distribuição e comercialização dos produtos tropicais, produzidos em larga escala, por uma camada de grandes negociantes e financistas que fomentam o mercado externo, numa relação de nações, como Holanda e Inglaterra, por

exemplo. Na colônia, produziam-se as mercadorias, as novidades (especiarias) que o mercado europeu ia absorvendo; produz-se em altíssima escala pela força de trabalho escava, explorada por senhores de engenho, também comerciantes, que se complementam aos negociantes e financistas portugueses e de outras nacionalidades.

Sodré afirma que, mesmo desenvolvido o caráter comercial da produção do açúcar para o mercado mundial, isso não havia sido suficiente para diluir seu caráter feudal. Além do mais, ele aponta para o fato de que a cultura do açúcar, sustentada por grandes plantações, não faria dessas unidades econômicas, unidades do tipo capitalista.

## Resultados

O trabalho de Sodré permite que pensemos numa economia natural desenvolvida no Brasil. Porém, quais seriam os aspectos feudais analisados pelo materialismo histórico-dialético? A categoria “feudal” tem estatuto de centralidade na obra de Sodré? Diante desta pergunta, devemos, primeiro, localizar e demonstrar se, realmente, a questão feudal é uma categoria central para o autor, e, em segundo lugar, perceber se feudal está ligado a uma sociedade de classes que se forma em torno de seu modo de produção ou se é uma metáfora política para justificar os obstáculos ao desenvolvimento da burguesia nacional e da sujeição desta ao imperialismo.

Dobb (1987) afirma que o revivescimento do comércio, a partir de 1100, trouxe o comerciante e a comunidade comercial, os quais passaram a ser “corpos estranhos” na sociedade feudal. No entanto, com o passar do tempo, a presença do mercador tornou-se um incentivo para o permuta dos produtos excedentes e a produção para os mercados, que começaram a atrair a ambição de senhores feudais. Porém, é necessário observar que a expressão

“corpos estranhos”, usada para caracterizar a figura do comerciante, não nos parece suficiente para explicar qual exatamente era sua relação, enquanto classe social, para com as outras classes sociais do então mundo feudal. Para tal problemática, Dobb sustenta que “a ‘economia natural’ e a ‘economia de troca’ são duas ordens econômicas que não se podem misturar e a presença da última, ao que nos dizem, é bastante para fazer a primeira dissolver-se” (DOBB, 1987, p. 47). No entanto, acrescenta que a influência do comércio sobre a estrutura feudal em várias partes da Europa, submetida a estudos comparativos, leva a sérias dúvidas quanto à assertiva de tal interpretação. Lembra, por exemplo, que na Polônia e na Boêmia, as oportunidades crescentes para a exportação de cereais levaram não à abolição, mas ao aumento das obrigações servis do campesinato. O crescimento de uma economia monetária levou tanto à intensificação da servidão como fora a causa do declínio feudal. O surgimento das cidades, à medida que o aumento do comércio ocorria, exerceu influências desintegradoras sobre o sistema feudal, tais como êxodos rurais e o conseqüente uso dessa nova força de trabalho, assalariada, no meio urbano, bem como o uso da força de trabalho assalariada de camponeses, já desvinculados de seus meios de produção, por camponeses, visando a excedentes. Somente quando, mais tarde, o comércio torna-se ocupação principal dos habitantes é que podemos perceber que o fator econômico começa a caracterizar, de fato, as cidades como núcleos de sociedades cujos vínculos feudais vão, aos poucos, perdendo seus ligamentos, por intermédio de lutas pela independência urbana, que, provavelmente, deveu-se a elementos menos sujeitos à dominação feudal, i. é, “mercadores atraídos ao lugar vindos de fora, ou, desde o início, achavam-se dotados de uma posição privilegiada por alguma concessão ou patente especial”

(idem, p. 89).

Estudando o mundo medieval europeu ocidental, pouco leva a crer que, no Brasil, o modo de produção feudal tenha realmente existido nos moldes daquele continente. Baseando-nos nas sínteses que seguem, não foi possível localizar, nos estudos de Sodré, quaisquer semelhanças. Por exemplo, tome-se a afirmação “feudal” que Kula (1987) utiliza quando de seus estudos sobre o feudalismo na Polônia:

Suffice it to say that the term ‘feudalism’ refers to a socio-economic system which is predominantly agrarian and characterized by a low level of productive forces and of commercialization; at the same time it refers to a corporate system in which the basic unit of production is a large landed estate surrounded by the small plots of peasants who are dependent on the former both economically and juridically, and who have to furnish various services to the lord and submit to his authority (KULA, 1987, p. 162).

Parain (1973) classifica em três itens a sociedade feudal: (1) as relações sociais de produção estabelecem-se essencialmente em torno da terra, uma vez que a sociedade feudal mantém um sistema econômico predominantemente agrícola; (2) há, para os trabalhadores, direitos de utilização e ocupação sobre a terra, mas a propriedade pertence a uma hierarquia de senhores; (3) à base econômica feudal, corresponde toda uma rede de laços pessoais – a maioria dos trabalhadores não goza de liberdade pessoal, e isso não significa que haja escravidão, mas, sim, a servidão, que nada mais é do que a ligação do camponês ao senhor por meio de sistema de deveres.

Hobsbawm (1994), referindo-se aos “termos econômicos” do mundo feudal, destaca que apenas algumas áreas desenvolveram-se em direção a uma

agricultura puramente capitalista, sendo a Inglaterra a principal delas, dando origem, em 1830, a uma classe de empresários agrícolas, de um lado, e a um enorme proletariado, de outro. Esse recente quadro se coloca em oposição a uma classe de monarcas que “quase nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o progresso da economia e os grupos sociais ascendentes” (HOBSBAWM, 1994, p. 39).

Baran e Sweezy (1978) afirmam que o sistema feudal não se constituía como um sistema estável ou estático. Pelo contrário, o mundo feudal dera lugar a competições entre senhores por terras e vassalos. Em outro momento, Sweezy (1986) chama a atenção para a questão da influência das trocas a longa distância, num sistema que se forma paralelo ao sistema feudal, de produção de valores de uso. Nessa justaposição, há duas influências que alteram as características de uma economia de uso pra uma outra de troca. A primeira refere-se à ineficiência da organização senhorial da produção: os bens manufaturados já eram mais baratos que os produzidos em casa, gerando o que o autor chamar de pressão de compra e pressão de venda, trazendo as propriedades feudais para a órbita da economia de trocas. A segunda diz respeito à posse da riqueza em si, atraindo não só mercadores ou comerciantes, mas também os membros dominantes da sociedade feudal. A riqueza em si era representada pela posse de dinheiro e por ordens de pagamentos. Ele mostra que o declínio feudal teve como causas principais a influência do comércio sobre a economia de uso do mundo feudal; o papel do dinheiro; a evolução dos gostos da classe dominante feudal, uma vez que esta começa a se empossar de dinheiro e aumentar seu rol de consumo; o desenvolvimento das cidades, as quais passam a atrair a população camponesa pela possibilidade de trabalho que as trocas iam

proporcionando.

### Considerações finais

A colonização portuguesa no Brasil, principalmente nos primeiros séculos em que preponderava a cultura da cana-de-açúcar, obedecia ao comércio externo dessa especiaria, dirigido pela burguesia comercial portuguesa. Há nos estudos de Sodré afirmações de que a colonização, mesmo nas mãos de uma burguesia, obedecia a uma estrutura feudal de mando e vassalagem, em que o monarca se destacava como principal senhor. Essa seria a inspiração feudal que se engendraria na formação socioeconômica brasileira. O latifúndio seria a razão do atraso econômico no Brasil. O latifúndio, em associação ao imperialismo, final do século XIX e início do XX, impedia a implantação e o crescimento da indústria manufatureira, e isso se refletia no plano político. A luta contra o latifúndio, e os “restos feudais”, dar-se-ia no plano da luta democrático-popular, em que as forças progressistas, burguesia nacional e proletariado firmar-se-iam em uma aliança.

A questão feudal no Brasil, para Sodré, embora o mesmo tenha afirmado que suas análises baseiam-se em método científico, não correspondem a uma sociedade de economia natural e fechada, pois a colonização tinha, no plano da circulação, uma economia voltada para a exportação de mercadorias, cuja produção realizava-se por intermédio da força de trabalho escrava, para uma classe de mercantilistas capitalistas, os quais eram proprietários de escravos, ao contrário de submetê-los ao servilismo, num sistema de vassalagem e garantias de segurança. O modo de produção, desenvolvido em época colonial, não apresentava características fechadas, obedecia ao crescimento da expansão no ultramar e ao crescimento de uma burguesia mercantil e comercial.

O latifúndio colonial se consolida por intermédio do trabalho

escravo, e não pelo servil, mas as características feudais são apontadas por Sodré e são centrais em sua obra. Nesse sentido, o latifúndio representaria a estagnação do desenvolvimento socioeconômico. A necessidade da grande produção colonial para atender ao mercado externo mundial deve nos levar a uma leitura que permita compreender a participação da economia colonial no nascente sistema capitalista mundial, oriundo do desenvolvimento mercantil.

Ianni (1978) afirma que as formações sociais baseadas naquele tipo de trabalho (o escravo) nascem e desenvolvem-se no interior do mercantilismo, também reiterando que o Novo Mundo entra ativa e intensamente no processo de acumulação primitiva, que vai se realizar de forma acentuada na Inglaterra. Esse processo reflete a progressiva subordinação do capital mercantil ao produtivo. As formações sociais baseadas no trabalho compulsório sofrem impactos das exigências da produção industrial, e, nesse sentido, as relações escravistas de produção e as próprias formações sociais escravocratas entram em crise e declínio. A crise e o declínio do escravismo revelam mais a influência “externa” do capital industrial, obedecidas as realidades internas de cada nação insurgente da América Latina e do Caribe, na configuração dessas. O caráter feudal que impediria ou diminuiria o ritmo da influência do capital produtivo, à primeira vista, parece explicar as dinâmicas de cada nação em articulação com a era do capital produtivo; porém sociedades que, no período colonial, formaram-se e articularam-se, antes, em torno do eixo mercantil, mesmo apresentando aparentes focos de economias naturais dentro de determinadas regiões das colônias e, posteriormente, nações, devem ser observadas a partir de seu caráter universal, isto é, por seu intermédio engendra-se o próprio sistema capitalista. Assim, o caráter feudal demonstra ser mais um axioma do que a explicação

mesma do raquitismo capitalista desenvolvido na América Latina.

Portanto, duas considerações sobre o pensamento de Sodré relativo à formação histórica do Brasil devam estar destacadas. A primeira é a de não perder de vista a centralidade da categoria feudal na argumentação do autor. A segunda é apontar que, nas articulações dos fatos e dos acontecimentos que compõem o mosaico da história do Brasil, nos movimentos por contradições das classes, a narrativa de Sodré revela sempre a processualidade na História, que vai além das riquezas factuais, por mostrar o rigor no trato das fontes, traduzido em seu método expositivo. À histografia, os ganhos são muitos, ainda que não estejam totalmente presentes na Academia.

## Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

BARAN, Paul et SWEEZY, Paul. **Capital monopolista:** ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** 7.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GUIMARÃES, A P. **Quatro séculos de latifúndio.** 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções.** 9.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

KULA, Witold. **An economic theory of the feudal system:** towards a model of the Polish economy 1500-1800. Londres: Verso, 1987.

PARAIN, C. **Sobre o feudalismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

SODRÉ, N W. **Capitalismo e a revolução burguesa no Brasil.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. **Formação histórica do Brasil.** 11.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_. **O tratado de Methuen.** Rio de Janeiro: Min. Educ. e Cultura, ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. **Formação da sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

SWEEZY, P M. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.